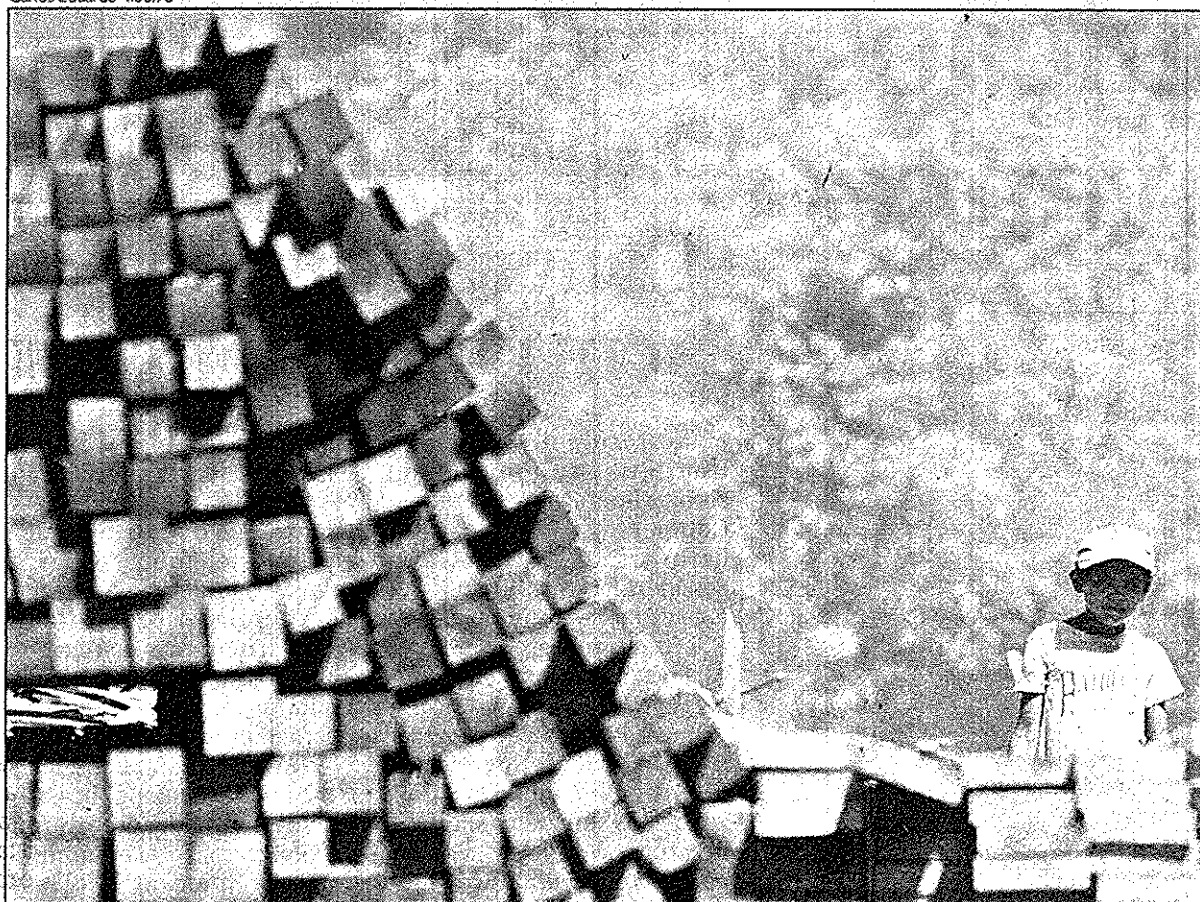


26/7/1995, 9
195

Carlos Eduardo 406.96



Pilha de madeiras no Pará: levantamento de satélite mostra que estado lidera desmatamento na Amazônia

Desmatamento arrasa floresta amazônica

Um dos segredos mais bem guardados da República veio à tona, ontem. Os desmatamentos na floresta amazônica na década de 90 vem crescendo ano a ano desde 1991, segundo dados de satélites Landsat e Noaa monitorados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de São José dos Campos (SP), divulgados ontem pelo ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause.

As estatísticas sobre desmatamentos, não divulgadas pelos governos desde a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECo-92), mostram que a Amazônia já perdeu, ao longo deste século, 469.978 kms quadrados de suas florestas tropicais nativas.

O recrudescimento dos desmatamentos constatado por imagens de satélite mostra que as medidas adotadas pelo governo federal ao longo dos últimos anos não surtiram efeito.

A taxa média de desmatamento cresceu, segundo o Inpe, de 0,37% em 1991/92 para 0,40% em 1992/94. "Isso equivale a um incremento anual de área desmatada de 14.896 quilômetros quadrados em 1994, contra um desmatamento de 11.130 kms quadrados em 1991.

Os estados mais atingidos pelos desmatamentos foram Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre — áreas



de fronteira agrícola do país. Houve redução de desmatamentos no Amazonas, Amapá, Roraima, Maranhão e Tocantins.

O levantamento do Inpe mostra o estado do Pará como o mais devastado da Amazônia — uma área de 160.355 quilômetros quadrados de florestas foram destruídas, sendo 16 mil kms quadrados somente de 1991 a 1994. O Amapá aparece como o estado menos devastado da região Norte, com apenas 1.736 kms quadrados.

O Ibama aponta como principais causas dos desmatamentos

na Amazônia a exploração irregular de madeira — com a exploração do mogno, em particular —, a implantação de pastos em áreas de floresta tropical nativa e obras de infra-estrutura implantadas na região mal orientadas.

Para coibir os desmatamentos, o governo anunciou ontem um pacote de medidas e vai agilizar junto aos países que integram o Grupo dos Sete (G-7) — os mais ricos do planeta — a liberação de verbas do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais. (RB)

A DEVASTAÇÃO, ANO A ANO

Taxa média de desflorestamento bruto da Amazônia Legal (Km ² /Ano)						
* Média década						
** Biênio	78/88*	88/89	89/90	90/91	91/92	92/94**
Acre	620	540	550	380	400	482
Amapá	60	130	250	410	36	0
Amazonas	1510	1180	520	980	799	370
Maranhão	2450	1420	1100	670	1135	372
Mato Grosso	5140	5960	4020	2840	4674	6220
Pará	6990	5750	4890	3780	3787	4284
Rondônia	2340	1430	1670	1110	2265	2595
Roraima	290	630	150	420	281	240
Tocantins	1650	730	580	440	409	333
Amazônia Legal	21130	17860	13810	11130	13786	14896
% / Ano	0,54	0,48	0,37	0,30	0,37	0,40

ARTIGO

Conivência oficial permitiu ilegalidade

Roberto Smeraldi*

Os dados sobre desmatamento divulgados ontem pelo governo, assim como o pacote de medidas expedidas, constituem um reconhecimento implícito, parcial e tardio de uma situação comprovada pela nossa entidade desde 1993. Até poucas semanas atrás, se defendia a tese de que a atividade madeireira estaria sob controle dos órgãos responsáveis e a participação da extração de mogno no desmatamento seria irrelevante.

Declarar moratória sobre mogno e virola, resolver vistorias sumárias nas autorizações em vigor equivale ao reconhecimento da existência de uma ilegalidade difusa que

se afirmou graças à conivência dos órgãos governamentais. Por que não foram tomadas as medidas previstas pela lei com base nas vistorias feitas até agora, e que demonstram uma ilegalidade generalizada?

Antes de uma análise mais aprofundada dos dados e das medidas, cabem algumas considerações e esclarecimentos:

1. Os dados não incluem queimadas ou outras formas de redução da cobertura vegetal, mas apenas o desmatamento devido à atividade madeireira. Infelizmente, os levantamentos feitos por satélite não são suficientes para identificar os efeitos da retirada seletiva de

madeira (é o caso do mogno, da virola e da maioria das espécies mais valiosas). Eles apenas podem apontar para o desmatamento de corte raso, que em certas regiões da Amazônia brasileira não é prática comum.

2. O pacote de medidas anunciadas, mesmo que direcionado para objetivos positivos de forma geral, denuncia uma abordagem apressada e confusa, que pode tornar sua implementação extremamente difícil, tanto do ponto de vista político quanto jurídico.

* Coordenador do Programa Amazônia de "Amigos da Terra Internacional".